



Recebido em 20/05/2020

Aceito em 29/06/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31676

DOSSIÊ

As famílias cativas capixabas entre 1850-1871: um comparativo entre as Regiões Sul e Central da província

Captive capixaba families between 1850-1871:
a comparison between the southern and central
regions of the province

Laryssa da Silva Machado

Mestra em História pela UFES

assyral@gmail.com

Lucas da Silva Machado

Mestrando em História na UFES

lucas.ds.machad@gmail.com

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a composição das famílias cativas do Espírito Santo entre os anos de 1850 e 1871, datas marcadas pela promulgação das leis abolicionistas Eusébio de Queirós e Lei do Ventre Livre. As regiões da província capixaba estudadas são Vitória, capital provincial, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, ambas na região sul. As três localidades possuíam economia diversificada, e portanto, a composição de suas escravarias também apresentava peculiaridades. Vitória tinha economia voltada para o abastecimento interno da província, e sua escravaria era formada por maioria de crioulos. Cachoeiro tinha como fonte econômica as lavouras de café destinadas a exportação, que era a principal fonte econômica da província. Itapemirim, por sua vez, produzia grande quantidade de açúcar, além de ser o principal porto exportador deste produto e do café para a Corte. Tanto em Cachoeiro quanto em Itapemirim a presença de africanos era grande. Essas peculiaridades são refletidas na composição das escravarias e das famílias cativas, conforme se observará neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias Escravas. História do Espírito Santo. Escravidão.

ABSTRACT: This article aims to analyze the composition of captive families in Espírito Santo between the years 1850 and 1871, dates marked by the enactment of the abolitionist laws Eusébio de Queirós and Lei do Ventre Livre. The regions of the province of Espírito Santo studied are Vitória, provincial capital, Cachoeiro de Itapemirim and Itapemirim,

both in the southern region. The three locations had a diversified economy, and therefore, the composition of their slaves also had peculiarities. Vitória had an economy focused on the internal supply of the province, and its slavery was formed by a majority of Creoles. Cachoeiro had coffee crops for export as its economic source, which was the main economic source of the province. Itapemirim, in turn, produced large amounts of sugar, in addition to being the main exporting port for this product and coffee for the Court. In both Cachoeiro and Itapemirim the presence of Africans was great. These peculiarities are reflected in the composition of slavery and captive families, as will be observed in this work.

KEYWORD: Slave Families. History of the Holy Spirit. Slavery.

Introdução

Estudos sobre famílias cativas já se tornou algo consolidado na historiografia brasileira. Principalmente, porque se conferiu lugar de agente da história e não de simples mercadoria inanimada aos escravos. Importante ressaltar, como cita Robert Slenes (2011, p.54), que os novos estudos não têm por objetivo minimizar os horrores da escravidão. Ao contrário, as novas pesquisas devolvem historicidade ao escravismo, sistema construído por agentes sociais múltiplos. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram redescobertas e pensadas sob novo olhar (MATTOS, 2014, p.85).

Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), com o uso das novas fontes a partir da década de 1970, historiadores brasileiros observaram que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativo não abortou a família escrava” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.1). Florentino e Góes concluíram que a escravidão era mantida não apenas pelo tráfico, mas também pelas famílias. A senzala, contudo, era lugar de permanente tensionamento devido à chegada constante de novos cativos por meio do tráfico. “A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um *nós*. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.35)

Robert Slenes (2011), por sua vez, considerou as famílias escravas como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa que compartilhavam experiências, valores e memórias. As famílias fazem parte de um mundo criado a partir de recordações e esperanças dos escravos, parte crucial na formação de identidades no cativo. O historiador trabalhou com a ideia da permanência da ancestralidade africana. Para Slenes, a família escrava ia além de estratégias de domínio escravista ou meros mecanismos de manutenção da paz e enfraquecimento das resistências dos escravos em relação aos senhores. Os laços familiares eram formados a partir de esperanças e recordações, descobrindo a “flor” nas senzalas a partir de experiências semelhantes às heranças culturais em comum com a África.

Na década de 1990 emergiram estudos que buscaram trazer novas problemáticas ao tema. As leituras do aspecto demográfico da família escrava de Carlos Engemann (2006) e de Roberto Guedes (2008) sobre família de libertos são importantes por fornecer instrumentos heurísticos para pesquisas relacionadas ao

assunto. Já as pesquisas de Júnia Furtado (2001, p. 33-74) ajudam a pensar as mulheres escravas e libertas no interior das famílias. Também merece destaque as investigações de Sheila Faria (1998) que contribuíram para a reflexão do casamento, do batismo e do óbito nas famílias de escravos. O batismo introduzia o sujeito na comunidade local; o casamento apenas se oficializava com a benção do padre; e o óbito representava a morte social.

Os estudos sobre família cativa demonstram a diversidade existente nas comunidades das várias regiões do Brasil. Como cada uma apresenta características peculiares, tais estudos podem ser contemplados por meio da micro-história, pois admite temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Jacques Revel (1998, p.23) “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis.” Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no país, incluindo a capixaba. Cada região apresenta peculiaridades, ainda que estejam inseridas em uma pequena província, como o Espírito Santo.

O presente artigo pretende discutir a composição das famílias cativas no Espírito Santo entre os anos de 1850-1871, período que compreende a promulgação de duas leis importantes: Eusébio de Queirós, em 1850, que encerrou definitivamente o tráfico Internacional de cativos, e a Lei do Ventre Livre, em 1871, que deu liberdade a todos os nascidos de ventre cativo a partir daquela data. A província capixaba não se destacava entre as demais regiões brasileiras nesse período. Era pequena em número de habitantes e em cifras econômicas. Porém, ao longo do século XIX, com a implantação do cultivo de café, a província experimentou um crescimento nunca antes presenciado.

Sendo assim, esse trabalho analisará duas regiões dentro da província capixaba: a região Central, que compreende o município de Vitória e outras freguesias,¹ e a região Sul,² formada principalmente por Cachoeiro de Itapemirim, freguesias vizinhas, e o município de Itapemirim, localizado no litoral da região sul. Nessas duas regiões, as escravarias de três municípios serão objetos de estudo: Vitória, Cachoeiro e Itapemirim. As mesmas foram escolhidas por apresentarem diversidades entre si. Vitória tinha economia baseada no abastecimento interno da província capixaba e de

¹ De acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província e o Censo de 1872: 1843: A comarca de Vitória compreendia os municípios de: Nova Almeida, Serra, Vitória, Espírito Santo; 1856 O Termo de Vitória compreendia os distritos de: Vitória, Cariacica, Viana, Manguarahy Carapina e Espírito Santo; 1861: O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Viana, Maguarahy, Cariacica, Santa Isabel, Rio Pardo; 1872: O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Cariacica, Viana e os distritos de Itapoca e Mangarahy. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de: Cachoeiro, Rio Pardo, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino.

² De acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província e o Censo de 1872: 1843: A Comarca de Itapemirim compreendia os municípios de Guarapari, Benevente e Itapemirim; 1856: O Termo de Itapemirim compreendia os distritos de: Itapemirim, Cachoeiro e Itabapoana; 1861 O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de Cachoeiro e Muqui. 1872: O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de: Cachoeiro, Rio Pardo, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino.

províncias vizinhas. Cachoeiro se destacava no cultivo do café, economia que dinamizou a província. Itapemirim, por sua vez, tinha economia era açucareira, além de ser o mais próximo e o principal porto de exportação de café e açúcar para a Corte. O que se pretende destacar nesse artigo são as semelhanças e diferenças entre as três regiões capixabas.

Os estudos sobre família escrava no Espírito Santo

Apesar de o Espírito Santo ser uma província pequena e de pouco destaque, quando comparada às outras do Sudeste brasileiro, as escravarias capixabas apresentam características únicas. Em estudo pioneiro, Vilma Almada detectou a presença de famílias cativas nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus. “Contrariamente, nas economias mais dinâmicas a existência de maiores plantéis de escravos nas unidades produtivas parece ter agido no sentido de facilitar as uniões entre escravos” (ALMADA, 1984, P. 145).

Nas décadas seguintes apareceriam estudos mais específicos sobre o assunto. O primeiro trabalho que abordou especificamente as famílias cativas no Espírito Santo contemplou a capital Vitória no período de 1800-1871, realizado por Patrícia Merlo, que observou que havia número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, com mulheres desempenhando papéis de relevância nas famílias escravas (MERLO, 2008, p. 137). Entre 1850 e 1871, a autora ressalta a formação da comunidade cativa nas grandes escravarias. Conclui, ainda, que as escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, alta concentração de crioulos, taxa elevada de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória (MERLO, 2008, p. 181).

As pesquisas sobre o tema ganharam fôlego a partir da criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dos estudos desenvolvidos pela professora Dr. Adriana Pereira Campos, quando as escravarias capixabas começaram a ser analisadas. As pesquisas desenvolvidas pela própria professora Adriana Campos (2011, p.84-96; 2006, p. 571-607) e por suas alunas Enaile Carvalho (2008), Juliana Simonato (2008), Geisa Ribeiro (2012), Rafaela Lago (2013), Thiara Dutra (2016), e Laryssa Machado (2019) apresentaram a reprodução endógena das escravarias do Espírito Santo, principalmente na região central.

Geisa Ribeiro (2012) analisou a importância da reprodução endógena para os municípios de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Verificou-se nos lugares a reprodução natural, ainda que Cachoeiro contasse com maior presença de escravos africanos. Outro aspecto interessante foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor. Esse trabalho será utilizado como base comparativa entre as regiões capixabas. Outro estudo sobre família escrava capixaba foi realizado por Rafaela Lago (2013), que observou o compadrio no estabelecimento de laços de solidariedade entre iguais. Notou ainda que, em Vitória, o parentesco espiritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidade cativa.

Esses estudos permitem concluir que, em Vitória, os escravos escolhiam compadres, libertos e livres, de fora de sua escravaria de origem. Havia, portanto, certa mobilidade dos cativos na construção dos laços rituais. Já na região sul, os padrinhos eram escolhidos dentro da própria escravaria. Há, porém, importante lacuna no conjunto dessas investigações.

Já Laryssa Machado (2019) pesquisou a região de Itapemirim-ES, localizada no Sul da província, mas que possuía características econômicas diferentes das demais freguesias da região. Enquanto a região Central (Vitória) tinha economia voltada para o abastecimento interno da província, na região Sul (Cachoeiro) as lavouras de café ganhou destaque tornando-se o principal produto exportado. Itapemirim, por sua vez, manteve as lavouras e produção de açúcar como fonte econômica, além de ser o principal porto capixaba, que exportava a Corte o café e o açúcar produzido no Sul. A autora, por sua vez, identificou peculiaridades específicas em cada uma das escravarias, que serão apresentadas nesse trabalho.

Esse trabalho, como já dito anteriormente, fará um comparativo entre a composição das escravarias e também das famílias cativas demonstradas nessas três localidades, e usará como aporte comparativo as pesquisas de Geisa Ribeiro (2012), e Laryssa Machado (2019). Tentará demonstrar que, apesar da província capixaba ser pequena, quando comparada a outras regiões, possuía dinâmica própria, e diferenças significativas relacionadas a composição e organização social dos cativos. As pesquisadoras citadas utilizaram fontes cartoriais (testamentos e inventários *post mortem*) para remontarem as famílias cativas capixabas. Apesar de não serem as melhores fontes para estudos sobre famílias, são um conjunto documental riquíssimo, principalmente pela ausência de outros documentos que relatem os laços familiares dos cativos.

O contexto econômico do Espírito Santo no Oitocentos

A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial da província do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio (SANTOS, 2002, p. 153). No entanto, as autoridades provinciais repercutiam em seus registros os duros anos de penúria da antiga capitania. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial, escreveu em *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de 1828, sobre as condições miseráveis do território capixaba que, apesar das inúmeras possibilidades de exploração, mantinha grande parte das terras férteis desocupadas (CARVALHO, 2008, p.56).

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos que seriam exportados, em parte, para outras províncias, sendo que a cana-de-açúcar era o principal produto cultivado (CARVALHO, 2008, p. 59-60). O plantio do cafeeiro, no início do século, ainda não se destacava na economia espírito-santense. Sobre a economia da província capixaba, José Teixeira de Oliveira classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma

nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX” (OLIVEIRA, 2008, p.354). Após a independência do Brasil, houve melhorias estruturais no território provincial, porém, foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-18), o café tornou-se a cultura dominante no Espírito Santo por volta de 1840 e substituiu, gradualmente, o cultivo de cana-de-açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura na região sul dessa província, especificamente nos Vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a de São Mateus e a de Vitória, investiram no cultivo do cafeeiro sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca. No entanto, o cultivo do cafeeiro não fez com que o açúcar deixasse de ser produzido. No litoral sul, às margens do Rio Itapemirim, as tradicionais fazendas açucareiras da região continuaram a produzir e a exportar grande quantidade do produto, embora o café assumisse a liderança das exportações capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35).

A expansão cafeeira no sul do Espírito Santo vincula-se diretamente à decadência da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 19), quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense (BITTENCOURT, 1987, p.68). Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 21-23).

No sul capixaba, inicialmente, as lavouras foram implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. As fazendas de cana-de-açúcar havia sido a primeira opção dos novos lavradores nos anos iniciais do Oitocentos. A partir de 1840, entretanto, o cultivo de café tornou-se mais frequente, talvez em razão de maior margem de lucro e por exigir menos capital e cuidados dos imigrantes que continuavam a chegar à região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). A expansão das lavouras seguiu em direção às terras do interior dos vales, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, além do clima úmido com chuvas regulares (SALETTTO, 1996, p.35). O vale do Itapemirim, porém, cindiu-se em duas regiões. No interior, a adaptação do café concretizou o sonho dos recém-imigrados. No litoral, no entanto, as lavouras cafeeiras não obtiveram idêntico sucesso, mantendo-se o cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35).

Apesar de todo o dinamismo proporcionado pelo café no Espírito Santo, a produção capixaba era pequena se comparada a de outras províncias brasileiras. Ocupando principalmente a região sul, a produção cafeeira espírito-santense

apresentava problemas estruturais sérios. O transporte ainda era precário, o que elevava o custo da produção e reduzia a lucratividade (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 24). Além disso, as fazendas de café eram formadas por grandes áreas de terras com pequena parte ocupada pela produção (ALMADA, 1984, p.54-56).

A produção capixaba, na segunda metade do século XIX, não representava 5% da produção total das principais províncias produtoras: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Taunay (TAUNAY, apud ROCHA; COSSETTI, 1983, p.25.) afirma que “no Espírito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro que tão notáveis proporções tomou na Província do Rio de Janeiro, [...] no Norte de São Paulo, [...] assim como na Mara de Minas.”

Em 1851-52, a produção do café fluminense representava 73,9% do total produzido no Brasil, enquanto que o Espírito Santo produzia apenas 1%. Nos melhores anos, a quantidade de café exportada pela província capixaba chegou a menos de 5% do total exportado pelo país. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX, o Espírito Santo foi a província que obteve o maior índice de crescimento da produção do grão, superior ao Rio de Janeiro, que, entre 1871-72, era o maior exportador de café no período. A partir de 1856, o crescimento da produção de café no Espírito Santo foi superior a outras regiões produtoras (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 25). Além disso, o café trouxe aumento significativo da na receita provincial. O café proporcionou à província renda nunca antes obtida. Como José Teixeira de Oliveira (2008, p.354) afirmou, a segunda metade do século XIX inaugurou de fato nova era para a economia capixaba.

A população capixaba no século XIX

A paisagem humana do Espírito Santo sofreu mudanças consideráveis no Oitocentos, assim como sua economia. Aliás, a mudança populacional relaciona-se profundamente com as transformações econômicas. É importante ressaltar que o contexto econômico do século XIX produziu marcante diversidade populacional nas regiões capixabas. Enquanto a economia da região central era voltada para a produção de alimento e abastecimento interno, com exportação de alimentos para a Corte e a Bahia, a região sul produzia e exportava açúcar e café, produtos com grande valor comercial no exterior.

A escravidão era comum a todas as regiões da província. A população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil. Nesse período, o crescimento populacional foi interessante. De dados expostos por Adriana Campos (2011, p.85-86), nota-se que a população total do Espírito Santo sofreu considerável aumento ao longo do século XIX. Em finais do Setecentos, a população total era de 22.493 habitantes e aumentou para 82.137 em 1872, de acordo com o Censo oficial. Também merece destaque o aumento do número de escravizados na província: em 1790 eram 6.834 e passou a 22.659 em 1872.

Rafael Marquese (2006, p.122) argumenta que o aumento do comércio de cativos se deu graças à expansão da produção agrícola de exportação. Segundo o autor, o

“arranque da cafeicultura no vale do Paraíba, que rapidamente converteu o Brasil no maior produtor mundial do artigo, [...] possibilitavam introduzir enormes massas de estrangeiros escravizados”. Em escala mais modesta, a Capitania do Espírito Santo experimentou certo incremento de cativos no mesmo período, beneficiada pela crescente necessidade dos senhores de escravos em aumentar suas escravarias diante das ameaças externas de supressão do tráfico. Além disso, como se viu, houve necessidade de ampliação da mão de obra para as novas fronteiras agrícolas no sul da província.

O maior incremento de escravos na Província do Espírito Santo não ocorreu, porém, no primeiro quartel do século XIX. O movimento de expansão com maior relevo aconteceu após 1856. Embora reduzida a expressão demográfica da província ao longo do XIX, a proporção de escravos no total de residentes alcançava grande significação (CAMPOS, 2011, p. 86). Fatores endógenos à economia capixaba e o contexto do fim da escravidão conferiram contornos específicos ao crescimento das escravarias.

As mudanças econômicas e populacionais resultaram no aumento do número de habitantes livres e cativos. Ao longo do século XIX a população capixaba aumentou consideravelmente, principalmente após 1856, período da expansão cafeeira. Além do aumento da população livre, o número de cativos também se elevou. A proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5%. A tabela 01 apresenta os valores referentes ao período estudado. Para composição da mesma utilizou-se Relatórios dos Presidentes Provinciais dos períodos pesquisados e o Censo Imperial de 1872.

Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137

Fonte: 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140; 1872: Censo de 1872.

Apesar de ser uma província pequena e com poucos habitantes, havia diferenças gritantes entre as regiões centrais e sul da província. Tanto a economia quanto a composição da mão de obra cativa distinguiam as duas regiões. Rafaela Lago (2013, p. 34) ressalta as diferenças existentes entre as escravarias de ambas regiões, pois em cada uma delas predominava o elemento africano ou o crioulo. Embora desiguais nesse aspecto as regiões possuíam em comum a existência de famílias cativas com inúmeras crianças, proporcionando crescimento natural das escravarias.

Até 1856, a vila de Itapemirim, localizada na porção litorânea do vale do Itapemirim, concentrava a maior parte das unidades produtivas e a população da região. Com a interiorização da produção cafeeira, operou-se o primeiro desmembramento quando se criou a freguesia de Cachoeiro de Itapemirim. Com o crescimento da produção e da importância de seus produtores, Cachoeiro foi elevada à categoria de Vila, em 1864, separando-se definitivamente de Itapemirim.³ Aos poucos, Itapemirim perdia não apenas território como parte de sua riqueza, uma vez que Cachoeiro concentrava as fazendas de café.

Entender a composição da população dessas três localidades é importante para conseguir distingui-las. A tabela a seguir apresenta dados demográficos de Vitória, Cachoeiro e Itapemirim entre os anos de 1824-1872, onde são comparadas as populações livre e cativa.⁴

TABELA 2: Comparativo entre a População Livre e Cativa de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro (1824-1875)

Ano	Vitória				Itapemirim				Cachoeiro			
	Livres		Cativos		Livres		Cativos		Livres		Cativos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1824	7.912	61,2	5.026	38,8	1.184	50,8	1.148	49,2	-----	-----	-----	-----
1827	8.380	66	4.324	34	797	43,5	1.038	56,5	-----	-----	-----	-----
1839	9.234	73,9	3.270	26,1	2.487	60,4	1.635	39,6	-----	-----	-----	-----
1843*	13.570	71,6	5.375	28,4	5.690	64,6	3.117	35,4	-----	-----	-----	-----
1856**	13.164	77,5	3.834	22,5	4.968	59	3.454	41	-----	-----	-----	-----
1861***	11.767	73,8	4.169	26,2	4.493	51	4.315	49	2.228	40	3.379	60
1870	14.669	82,9	3.031	17,1	4.680	70	2.013	30	7.263	54	6.179	46
1872*** *	11.835	76,4	3.650	23,6	6.808	70,3	2.873	29,7	11.014	59,5	7.482	40,5
1875	-----	-----	3.473	-----	-----	-----	2.335	-----	-----	-----	7.094	-----

Fonte: 1824 e 1827: VASCONCELLOS, I. A. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828; 1827, 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1839: LAGO, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p.

³ O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

⁴ Termos utilizados em cada levantamento estatístico: 1824-1827 – Freguesia; 1839 – Município; 1843 – Comarca; 1856 – Termo; 1861-1870-1872 – Município.

137-140; 1872: Censo de 1872. 1875: Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876.

* A comarca de Vitória compreendia os municípios de: Nova Almeida, Serra, Vitória, Espírito Santo. A Comarca de Itapemirim compreendia os municípios de Guarapari, Benevente e Itapemirim.

**O Termo de Vitória compreendia os distritos de: Vitória, Cariacica, Viana, Manguarahy Carapina e Espírito Santo. O Termo de Itapemirim compreendia os distritos de: Itapemirim, Cachoeiro e Itabapoana.

***O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Viana, Maguarahy, Cariacica, Santa Isabel, Rio Pardo. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de Cachoeiro e Muqui.

**** O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Cariacica, Viana e os distritos de Itapoca e Mangarahy. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de: Cachoeiro, Rio Pardo, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino.

Os dados expostos demonstram que ao longo do século XIX a população escravizada de Vitória diminuiu, representando 38,8% em 1824 e 23,6% em 1872. Já as populações cativas do Sul, tanto em Cachoeiro de Itapemirim quanto na Vila de Itapemirim, representavam fatia expressiva dos dados demográficos. Em Itapemirim, o ápice do número de cativos foi no ano de 1827, quando representavam 56,5% da população, e em 1872 era praticamente um terço do total de habitantes. É preciso destacar que, nos anos referentes às décadas de 1850-60, os cativos de Itapemirim correspondiam a 41% e 49% respectivamente. Em Cachoeiro, no ano de 1861, a população cativa chegava a 60% e, em 1872, os escravos eram 40% da população.

O aumento na quantidade de cativos pode ser observado nos números absolutos apresentados na tabela anterior. Em Itapemirim, no ano de 1856, eram 3.454 cativos e em 1861 esse número aumentou para 4.315. Nos anos referentes a década de 1870, o número de escravos caiu pela metade, reflexo da emancipação política de Cachoeiro em 1864. Ainda assim, entre os anos de 1870 e 1872 houve um aumento na quantidade de escravos de 2.013 para 2.873, respectivamente. Em Cachoeiro, a tabela mostra que, entre 1861 e 1872 a população cativa aumentou consideravelmente: eram 3.379 escravizados em 1861, passando para 6.179 em 1870 e 7.482 em 1872. Ribeiro (2012, p. 111) chama atenção para o aumento que, segundo ela, estava na contramão da tendência do Brasil, uma vez que a população cativa brasileira regredia após 1850.

A população escrava de Cachoeiro obteve, portanto, extraordinário crescimento a partir da década de 1860. Esse aumento ocorreu devido à necessidade de braços para o trabalho nas lavouras de café, que se encontrava em pleno desenvolvimento. Como mencionado, a região concentrava a maior parte das lavouras de café da província, o que explica a explosão demográfica cativa.

Porém, os dados acima incluem várias freguesias. No relatório de 1870, o presidente provincial Francisco Ferreira Correa apresentou como parte da Comarca de Vitória os municípios de Viana e Espírito Santo⁵ e na Comarca de Itapemirim os municípios de Cachoeiro, Benevente e Guarapari. Possivelmente, os dados estatísticos

⁵ Atual município de Vila Velha.

englobam a população referente a freguesias que compunham cada um desses municípios.

Já em 1872, o município de Vitória era formado pelas freguesias de Nossa Senhora da Vitória, São João de Carapina, São João de Cariacica, Nossa Senhora da Conceição de Viana além dos distritos de Itapoca e Marigarahy (MARQUES, 2003, p. 246). O município de Cachoeiro de Itapemirim, por sua vez, pelas freguesias de São Pedro do Cachoeiro, São Pedro d'Alcantara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Miguel do Veado, São Pedro do Itabapoana e Nossa Senhora do Aldeamento Afonsino (RIBEIRO, 2012, p. 111). O relatório referente ao ano de 1875 também conta a população dos municípios de Vitória e Cachoeiro e não das freguesias. Itapemirim, por sua vez, era formada apenas pela Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

Se forem analisadas apenas as informações das freguesias de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro, outros valores sobre a população escrava são revelados. A Tabela 3 demonstra os números demográficos referentes à segunda metade do século XIX nas freguesias citadas.

TABELA 3: Comparativo entre a População Livre e Cativa das Freguesias de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro (1843-1872)

Anos	Vitória				Itapemirim				Cachoeiro			
	Livre	%	Cativa	%	Livre	%	Cativa	%	Livre	%	Cativa	%
1843	7.310	68,9	3.301	31,1	1.825	46,4	2.109	53,6	---	---	---	---
1856	4.139	82,8	803	17,2	2.508	57,1	1.885	42,9	1.494	54,4	1.254	45,6
1861	2.822	76,7	862	23,3	4.498	50,9	4.345	49,1	1.420	39,9	2.141	60,1
1872	3.360	79,5	1.001	20,5	6.808	70,3	2.878	29,7	1.946	50	1.947	50

Fonte: 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857. p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1872: Censo de 1872.

Na tabela verifica-se o contínuo aumento da população cativa da região sul da província. Constata-se também que a população cativa de Cachoeiro era inferior a de Itapemirim. Em 1861 a quantidade de cativos em Itapemirim era mais que o dobro dos escravizados encontrados em Cachoeiro (4.345 escravos em Itapemirim e 2.141 escravos em Cachoeiro). Embora Cachoeiro contasse com 60,1% da população escravizada, o número de cativos era inferior ao de Itapemirim. Vitória por sua vez, apresenta proporção livres-cativo bem inferior ao das freguesias do Sul. Em 1861, eram 23,3% de escravizados e, em 1872, os escravos representavam 20,5%. Como se pode perceber, a população cativa de Itapemirim era maior que a de Vitória e Cachoeiro.

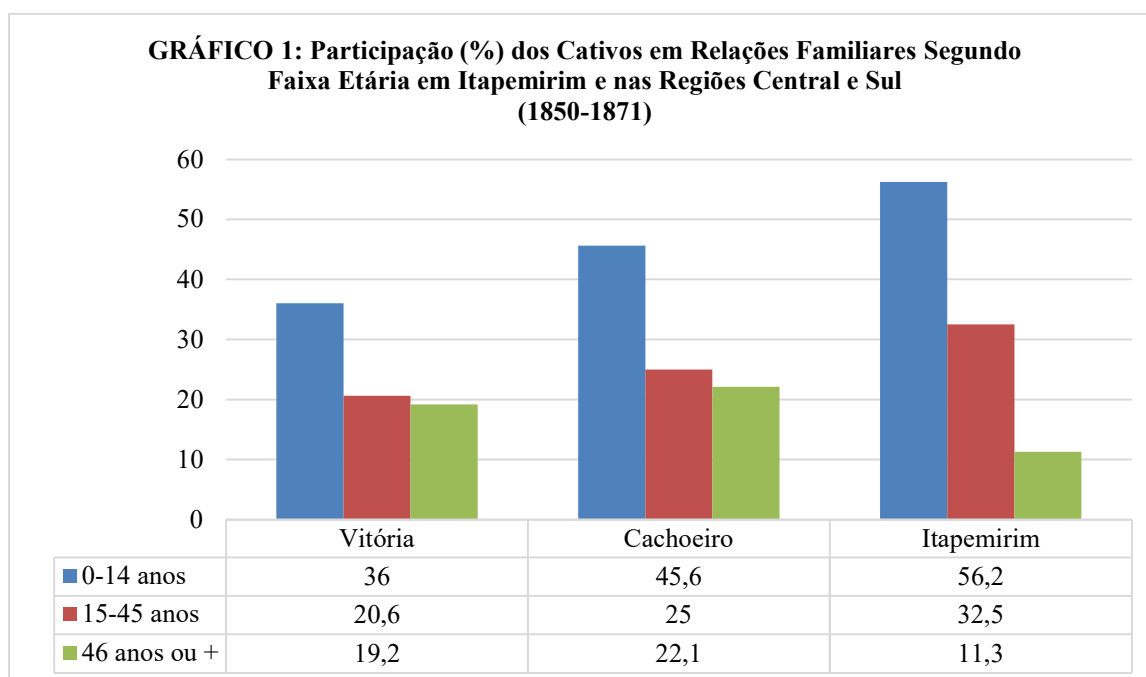
A Freguesia de Itapemirim é a mais populosa da região em 1872, pois concentra cerca de 26% da população do Sul Capixaba. Apesar de 50% dos habitantes de

Cachoeiro serem escravos, o número de cativos é inferior ao de Itapemirim. Enquanto em Itapemirim havia 2.873 cativos, Cachoeiro tinha 1.947 escravos. Nessas regiões analisadas uma das maneiras encontradas pelos senhores para manter suas escravarias era a reprodução endógena. Havia entre elas muitas semelhanças, mas também, muitas diferenças na composição das mesmas, conforme será apresentado nas páginas seguintes.

A composição das famílias cativas capixaba: uma análise comparativa entre Vitória, Cachoeiro e Itapemirim

Inventários *post-mortem* e testamentos vêm sendo utilizados como fontes para remontar famílias cativas em várias localidades. Ainda assim, não são os melhores documentos para essa tarefa. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997, p. 43), o uso dessas fontes configura exercício de interpretação das relações familiares cativas. Para o estudo das famílias cativas do Rio de Janeiro, Florentino e Góes recomendam a reunião de pistas, indícios e, às vezes, provas que podem tornar os laços familiares cativos menos obscuros. Patrícia Merlo (2008, p. 208) por sua vez, ao pesquisar famílias escravas em Vitória, comenta sobre as fontes capixabas, que são dispersas, às vezes ausentes e, com isso, o cruzamento de dados é dificultado.

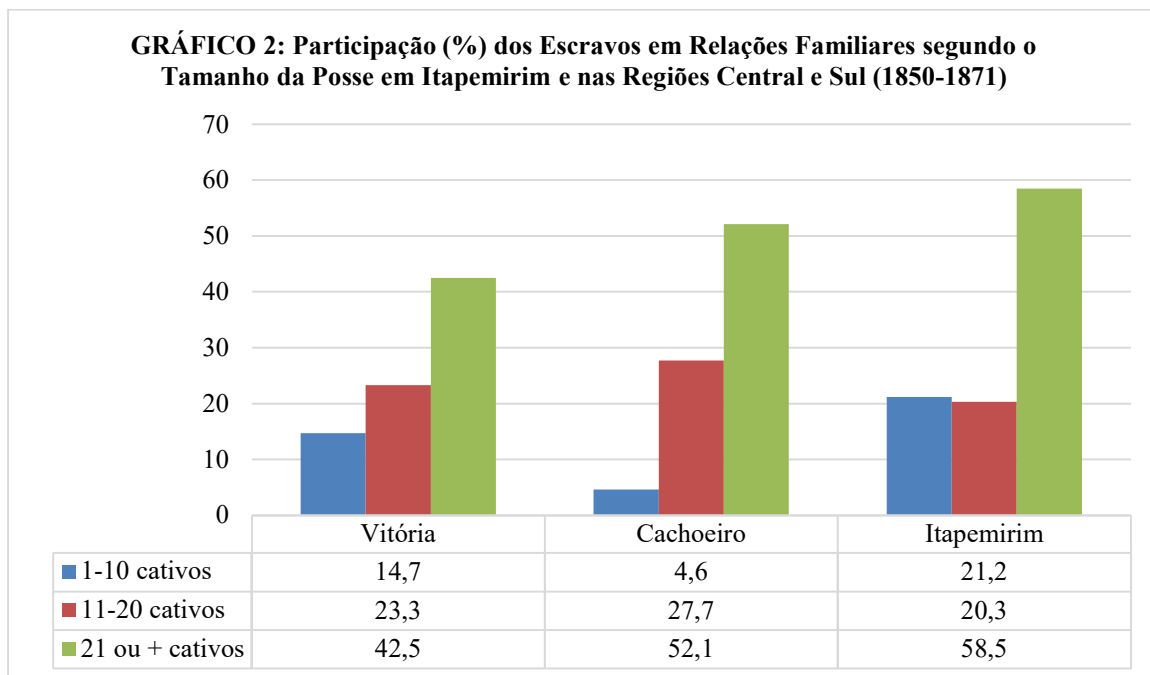
Apesar de inúmeras lacunas, e da certeza de que o resultado obtido não pode ser apresentado como uma verdade absoluta, visto a ausência de fontes adequadas para tal estudo, os dados obtidos são fundamentais para se ter um panorama da organização familiar cativa capixaba no período. O gráfico 01 apresenta a participação de cativo em relações familiares de acordo com a faixa etária nas regiões de Vitória, Cachoeiro e Itapemirim.



Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; RIBEIRO, 2012, p. 143.

O que se percebe é a participação de crianças nas escravarias das três localidades superior às demais faixas etárias. Assim, as pequenas escravarias que se dedicavam ao abastecimento interno e as grandes lavouras capixabas eram “apoiadas na reprodução endógena para a manutenção de suas escravarias” (RIBEIRO, 2012, p.143). O perfil da população cativa nas três localidades não destoou, apesar das atividades econômicas muito distintas: abastecimento interno, lavouras de café e produção de açúcar.

Outro aspecto analisado relaciona-se ao tamanho das escravarias em relação aos laços familiares. Como aponta Florentino e Góes (1997), a relação entre o tamanho das escravarias e laços familiares é bastante relevante, uma vez que, segundo os autores, quanto maior a quantidade de cativos de um senhor maiores são as probabilidades de se instituírem vínculos familiares. O gráfico 2 apresenta a participação dos cativos capixabas segundo o tamanho da posse.

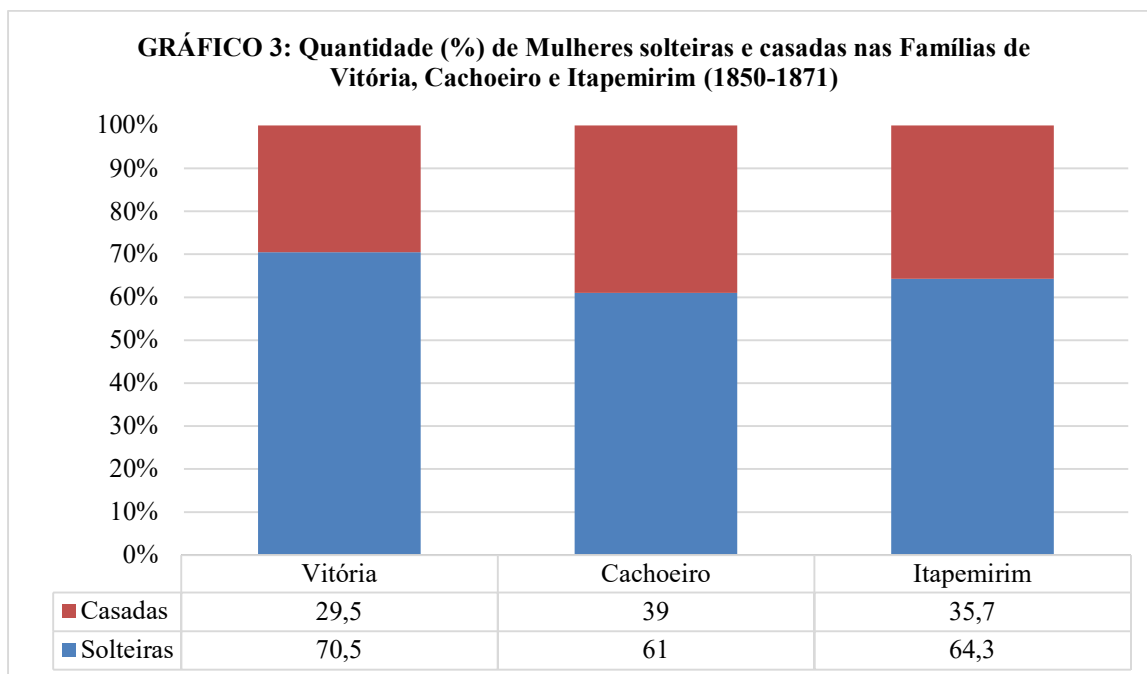


Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; RIBEIRO, 2012, p. 145.

O gráfico acima comprova que as famílias cativas capixabas se encontravam nas grandes escravarias. O que não exclui os vínculos familiares das pequenas escravarias. O que se pode concluir dos dados analisados em inventários até aqui é a maior participação de crianças nos laços familiares, principalmente ligados às mães. “Eram elas que acionaram com maior frequência os principais instrumentos para se construir relações familiares, ao menos aqueles captados pelas fontes, a saber: a consanguinidade e o casamento” (RIBEIRO, 2012, p.147).

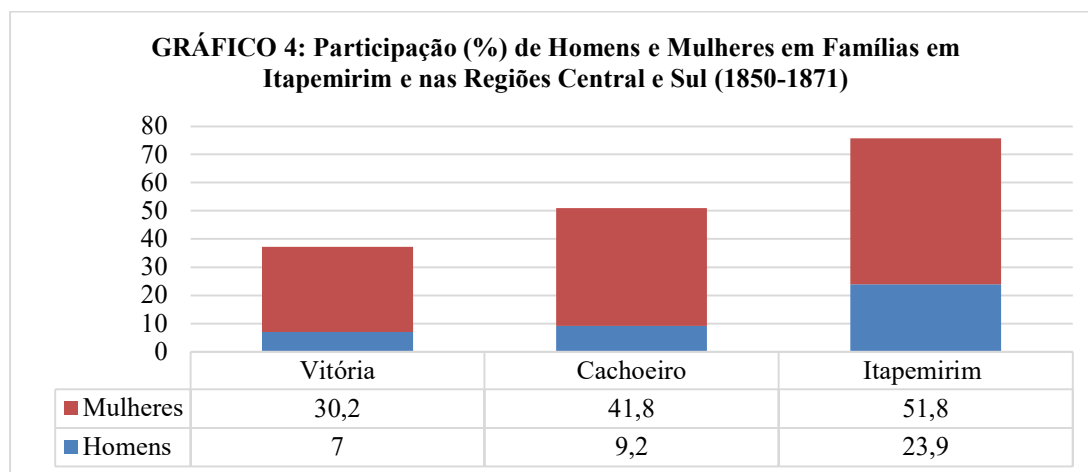
Outro aspecto a ser observado é a quantidade de mães solteiras em relação as casadas. Entre 1850-1871 em Vitória, das 112 mulheres com laços familiares 70,5% eram solteiras. Já em Cachoeiro, no mesmo período, eram 82 mulheres, sendo que 61% não eram casadas. No total 30% das mulheres de Vitória e 41% das de Cachoeiro

tinham algum vínculo parental (RIBEIRO, 2012, p.147). Itapemirim a quantidade de mães solteiras era 64,3%. Quanto a quantidade de mulheres inseridas em famílias, Itapemirim atingiu 51%.



Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; RIBEIRO, 2012, p. 147-148.

Quanto aos homens inseridos em laços familiares, foram 7% para região de Vitória e 9% para Cachoeiro. Novamente Itapemirim apresenta número maior de homens vinculados a famílias. Quanto aos pais solteiros, encontraram-se, entre 1790-1821 e 1850-1871, cinco pais solteiros na região Central. Estes não correspondiam a 1% do total de homens em idade superior aos 15 anos. O gráfico a seguir compara o número de homens e mulheres que participaram de algum laço familiar nas três regiões entre 1850-1871.



Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas; RIBEIRO, 2012, p. 147-148.

O gráfico 4 revela a disparidade entre a participação de homens e mulheres nos laços familiares capixabas. Itapemirim apresentou maior participação de ambos os sexos nas famílias cativas descritas nos documentos, enquanto que a Vitória apresentou a menor porcentagem. A diferença encontrada entre o número de homens e mulheres pode induzir a pensamento pejorativo sobre as relações afetivas dos cativos, principalmente das mulheres, entretanto, essa ideia é simplória e passível de análise.

Para Ribeiro (2012, p. 149), nem todos os homens e mulheres que não apresentam referência ao registro de casamento ou viuvez viviam na promiscuidade. Alguns deveriam viver ou tivessem vivido algum relacionamento consensual. “Muitas mães solteiras, na verdade, deveriam viver relacionamentos consensuais, fossem eles estabelecidos nos limites das senzalas ou os extrapolando”. Florentino e Góes, por sua vez argumentam que

embora parte da historiografia se esmera em ressaltar o desregramento nas relações afetivas e familiares entre escravos, os exemplos apresentados mostram que muitas vezes estas relações, mesmo que não sancionadas, deveriam ser por todos respeitadas. [...] Havia um amplo reconhecimento social destes laços, em particular daqueles de base consanguínea, inclusive pelos que, escravos ou livres, não faziam parte do grupo. A força das ligações familiares era tal que transbordava a condição jurídica de todos nelas diretamente envolvidos (havia parentes escravos e libertos), além de subverter o espaço onde se desenrolava o dia-a-dia contraditório da escravidão rural (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 80-81).

O que se pode deduzir então, é que nem todas as relações entre os cativos eram devidamente reconhecidas a ponto de serem registradas nos inventários. Além disso, essas relações eram respeitadas pela comunidade, que as reconhecia, independentemente de serem sacramentadas ou não, todavia, através da análise do número de filhos pode-se levantar algumas hipóteses sobre o assunto. A predominância de famílias matrilineares com apenas um filho era maioria nas famílias chefiadas por solteiros. Entre 1850-1871 foram 53% em Vitória, 39% em Cachoeiro e 26% em Itapemirim. Porém, algumas famílias matrilineares de ambas as regiões possuíam quantidade elevada de filhos.

De modo geral, os cativos casados e viúvos do Espírito Santo estavam em idade madura. “Considerando o conjunto da população escrava, os cônjuges concentravam-se na faixa dos 35 a 54 anos” (RIBEIRO, 2012, p. 160). Outro aspecto a ser analisado é a diferença etária entre os casais. Em Vitória, as mulheres tinham filhos com 26 anos e os homens com 33 anos. Já em Cachoeiro a média era de 24 anos para mulheres e homens (RIBEIRO, 2012, p. 161). Em Itapemirim, essa diferença era de 24 anos para mulheres e 35 para homens. Esses números não são conclusivos, pois, os documentos analisados só constam os filhos vivos e que faziam parte daquela escravaria. Não são levadas em consideração as possíveis mortes de crianças e a venda para outros donos.

A diferença etária entre os casais também merece destaque. Na região de Vitória havia diferença etária entre os casais de um a 10 anos, com homens mais velhos que as esposas. Florentino e Góes observaram que homens, principalmente os crioulos, procuravam se casar com mulheres mais jovens, enquanto que as mulheres mais velhas também buscavam homens muito jovens para se casarem (FLORENTINO

e GÓES, 1997, p. 154). Dados semelhantes foram observados por Slenes (2011, p. 91), pois as mulheres africanas recém-chegadas procuravam se casar com homens mais velhos, crioulos ou africanos “ladinos” já estabelecidos, que poderiam lhes proporcionar melhores condições de trabalho e até alforria.

Geisa Ribeiro encontrou um caso desses na região Central da Província, em que a esposa tinha 50 anos e seu marido apenas 16 (RIBEIRO, 2012, p. 162). Em Itapemirim aparecem nos registros apenas uma mulher mais velha que o marido, Rachel de 50 anos e Marques com 45, mas a diferença de idade era de apenas cinco anos, portanto, não assinala tendência divergente.

Também é importante analisar a união entre africanos e crioulos. Em Itapemirim nenhum casal analisado no período era formado apenas por crioulos. Metade das famílias eram compostas por africanos e a outra metade por homens africanos e mulheres crioulas. Para as regiões Central e Sul da Província, entre 1850-1871, a composição das uniões foi bastante divergente: 72% dos casais, na região de Vitória, eram crioulos e 52% dos casais de Cachoeiro eram formados apenas por africanos. Em Itapemirim e na região Sul, a presença de estrangeiros chegou a um terço das uniões. De maneira geral na província, a união entre crioulos e africanos também era minoria (RIBEIRO, 2012, p. 164-165). A endogamia prevalecia na região Sul, incluindo Itapemirim, como observou Florentino e Góes. Por outro lado, e diferentemente do que encontraram, no Sul do Espírito Santo, o predomínio das uniões era entre africanos.

Considerações Finais

Como se pode perceber, a Província do Espírito Santo demonstrava complexidade impar no que se refere as questões econômicas e sociais. Mesmo sendo uma província pequena, com poucos habitantes e com economia relativamente inexpressiva, quando comparada a outras províncias brasileiras, suas peculiaridades merecem destaque.

A diversidade econômica das duas regiões refletiu no perfil social das mesmas. As escravarias de Vitória eram formadas maciçamente por crioulos, que há tempos estavam inseridos na sociedade da Capital. Enquanto que a região Sul, que teve sua colonização acontecendo tardiamente, entre as décadas finais do século XVIII até metade do século XIX, com economia voltada para exportação, seja na produção de açúcar ou café, tinha escravarias diversificadas, com grande quantidade de africanos.

Entender a composição dessas escravarias é importante para analisar as famílias cativas presentes nela. Como o trabalho demonstrou, ambas as regiões possuíam famílias escravas e estas acrescentavam mão de obra a economia local, seja na produção para o comércio interno, seja nas lavouras para agro exportação. Fica aqui demonstrado, como em outros trabalhos, a existência das famílias cativas no Espírito Santo e sua contribuição para a economia provincial durante o século XIX.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?itulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brazil#.

Bibliografia

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CARVALHO, Enaile F. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, Júnia. F. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 24, jan/2001, p. 33-74.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MARQUESE, Rafael Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In.: *Novos Estudos* 74. Mar. 2006.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial: vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MERLO, Patrícia M. S. *O Nó e o Ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 23.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002.

ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo (1850/1930)*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SALETTTO, Nara. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SIMONATO, Juliana S. *Fazenda Santa Helena: Escravidão, bastardia e poder*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.